

REFLEXÕES ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ilda Aparecida Carneiro
Roberto Botolo

Resumo: As políticas públicas sociais são de extrema importância para a população, ainda mais para aqueles considerados pobres, ou extremamente pobres. Conhecer as políticas públicas é primordial para os gestores públicos para que possam desenvolver uma boa gestão. Este estudo tem como objetivo levar a uma reflexão sobre políticas públicas, identificar o conhecimento que os cidadãos pesquisados detêm sobre políticas públicas, compreender a visão destes a respeito da função do gestor no contexto social, analisar como tem sido a efetivação das políticas públicas e os programas sociais mais conhecidos e efetivados no município de Jardim Alegre. Essa pesquisa desenvolvida foi de caráter exploratório, descritivo e qualitativo. Os resultados da pesquisa foram demonstrados através de uma análise. A amostragem considerará 20 indivíduos envolvidos na administração pública do município de Jardim Alegre - Paraná. Para coleta de dados será utilizado questionário estruturado impresso. Esse estudo possibilitará através das fundamentações teóricas e dos resultados obtidos um momento para se refletir acerca das políticas voltadas ao bem social da população.

Palavra-chave: Políticas públicas, cidadão, gestor municipal.

Abstract: Social public policies are of utmost importance to the population, especially those considered poor or extremely poor. Knowing public policies is paramount for public managers so that they can develop good management. This study aims to lead to a reflection on public policies, identify the knowledge that the citizens surveyed have about public policies, understand their view of the manager's role in the social context, analyze how has been the implementation of public policies and most well-known and effective social programs in the city of Jardim Alegre. This research was exploratory, descriptive and qualitative. The survey results were demonstrated through analysis. The sample will consider 20 individuals involved in the public administration of the city of Jardim Alegre - Paraná. For data collection will be used printed structured questionnaire. This study will allow, through the theoretical foundations and the results obtained, a moment to reflect on the policies aimed at the social good of the population.

Keyword: Public policy, citizen, municipal manager.

1 INTRODUÇÃO

Dentre os inúmeros problemas observados em nossa sociedade, um que preocupa grandemente ou deveria preocupar não só a população, mas principalmente os políticos são a respeito da erradicação da pobreza e consequentemente da efetivação das políticas públicas no

Brasil como um todo, e especialmente na localidade a que pertencem e atuam como gestores públicos.

No entanto, o que se vê nos noticiários e mídias tecnológicas vem ao contrário do que muitas vezes se espera da política e dos políticos em geral, pois há vários fatos recorrentes a respeito de corrupção, desvio de verbas e outros que demonstram que apesar de ter tido um avanço na questão política ainda há muito para se percorrer e conquistar nesse sentido.

A população quando se empenha em pesquisar o passado do candidato ao cargo político tem maiores chances de saber um pouco da sua conduta ética e moral frente aos desafios da vida e com isso ter um possível embasamento de como virá a ser a sua gestão se acaso for eleito.

Os indivíduos votantes tem que se conscientizar de que a sua participação ativa no desenvolvimento das atuações políticas dos gestores é uma atitude acertada, porque quando a população se impõe com a sua presença auxiliando na fiscalização dos deveres dos políticos e também na execução de seus direitos, estes atuam sabendo que deverão se manter dentro do que realmente a lei estabelece, visto que estão sendo acompanhados em sua administração, e o Ministério Público com o Tribunal de Contas são essenciais em todo esse processo.

Para Teixeira (2002, p.03), políticas públicas (...) são diretrizes, princípios norteadores de ação do Poder Público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não ações”, as omissões como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.

O Município de Jardim Alegre conta com uma população pequena, cerca de aproximadamente 13 mil habitantes, tem sua renda principal baseada na agricultura e comércio, demonstra uma quantidade significativa da população que conta principalmente para o seu bem-estar e dignidade humana da efetivação das políticas públicas sociais.

Diante do exposto, e evidenciada a necessidade de realmente se cumprir as políticas públicas estabelecidas por lei, entende - se que este trabalho será norteado pelos seguintes objetivos: identificar o conhecimento que os cidadãos pesquisados detêm sobre políticas públicas, compreender a visão destes a respeito da função do gestor no contexto social,

analisar como tem sido a efetivação das políticas públicas e os programas sociais mais conhecidos e efetivados no município de Jardim Alegre - Paraná.

A justificativa deste estudo se dá devido a importância das políticas públicas e de como é essencial refletir e conhecer um pouco mais sobre as políticas públicas sociais, pois assim, possibilita uma maior participação dos cidadãos no sentido de fiscalizar e cobrar para que sejam efetivadas na prática as políticas sociais existentes e quem sabe até de contribuir na melhor efetivação dessas por meio da reflexão que proporciona aos que se interessam nesse estudo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1 Políticas Públicas

Sabe-se que o termo políticas públicas designa um campo de conhecimento (ou que integra um campo de conhecimento) e de trabalho relacionados às organizações cuja missão seja de interesse público ou afete este. Abrange áreas como Recursos Humanos, Finanças Públicas e Políticas Públicas, entre outras. Uma organização pode ser privada ou pública, mas com interesses que afetam toda a comunidade. Por tanto, pode haver “gestão pública” em organizações públicas e privadas, embora seja bastante incomum uma preocupação real com a coletividade por parte de entes privados. Um exemplo são as Organizações não Governamentais (ONGs), que embora sejam juridicamente entidades privadas, muitas vezes objetivam o bem público ao cuidarem de animais, do meio ambiente, estimularem atividades artísticas.

As políticas públicas, principalmente em seu objetivo de ampliação das habilidades, capacidades e inclusão produtiva da população, são também elemento determinante para o progresso técnico e para aumento da produtividade do trabalho, fatores decisivos para o crescimento econômico, além de facilitar a elevação dos salários e a queda da pobreza. Ademais, também podem significar melhor distribuição de renda com queda da desigualdade, a depender, no caso, do resultado em termos de ampliação da renda do fator trabalho.

A dimensão político-institucional envolve a promoção da inserção internacional soberana e o contínuo fortalecimento do Estado e das instituições em um regime democrático

que estimule a participação e a inclusão social. Nesse sentido, Evans (2010, p.37) chama a atenção que “tanto os teóricos quanto os formuladores de políticas não podem ignorar o papel fundamental das instituições estatais na criação bem-sucedida do desenvolvimento”.

Para Teixeira (2002, p. 5), as políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação.

O objetivo de uma política pública é ajudar setores da sociedade considerados vulneráveis, estas demandas geralmente surgem através dos movimentos da sociedade civil. As políticas públicas visam a promoção do desenvolvimento, ampliação dos direitos de cidadania, regulação de conflitos entre atores sociais (TEIXEIRA, 2002, p.3).

As políticas públicas podem ser formuladas principalmente por iniciativa dos poderes executivo, ou legislativo, separada ou conjuntamente, a partir de demandas e propostas da sociedade, em seus diversos segmentos. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas em alguns casos é assegurada na própria lei que as institui. Assim, no caso da Educação e da Saúde, a sociedade participa ativamente mediante os Conselhos em nível municipal, estadual e nacional. Audiências públicas, encontros e conferências setoriais são também instrumentos que vem se afirmando nos últimos anos como forma de envolver os diversos seguimentos da sociedade em processo de participação e controle social.

A Lei Complementar n.º 131 (Lei da Transparência), de 27 de maio de 2009, quanto à participação da sociedade, assim determina: “I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;” “II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;” Assim, de acordo com esta Lei, todos os poderes públicos em todas as esferas e níveis da administração pública, estão obrigados a assegurar a participação popular. Esta, portanto, não é mais uma preferência política do gestor, mas uma obrigação do Estado e um direito da população.

Rua (1998, p. 731), define as políticas públicas como o conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos. Para Rodrigues (2011, p. 14), políticas públicas são resultantes da atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados [...] constituem-se de decisões e ações que estão

revestidas da autoridade soberana do poder público”. Políticas públicas governamentais são entendidas como o “Estado em ação”. É o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

1.1 Tipos de políticas

Tem - se para fins de estudo e aplicação da prática cotidiana social alguns tipos de políticas públicas, que segundo Theodor Lowi (apud SOUZA, 2006, p. 28; SECCHI, 2012, p. 17-18) classifica as políticas públicas em:

Políticas públicas distributivas, são aquelas que destinam benefícios a grupos ou regiões específicas em detrimento do todo social, devido à limitação de recursos. Vale destacar que esta vertente encontra-se sob a ameaça eminente de ser utilizada de maneira eleitoreira em ações com escopo de clientelismo, assistencialismo, entre outros influxos maculados.

As políticas distributivas podem ser consideradas o tipo mais primitivo de se fazer política, sendo a arena distributiva a única forma de se fazer política nos Estados Unidos desde 1792 até o final do século XIX. Na arena distributiva procura-se atender às demandas de todos os grupos que possam exercer resistência ao exercício do poder dos governantes, o que dá um caráter bastante clientelista a essa arena. O próprio uso da palavra "política pública" para tratar das políticas distributivas é contestável, uma vez que políticas distributivas são ações bastante individualizadas e desagregáveis. A ausência de desfavorecidos gera uma arena baseada mais na cooptação que no conflito, baseada no princípio da mútua não-interferência. Na medida em que o governo procura atender ao interesse de todos, individualmente, podem surgir grandes incoerências em suas ações e mesmo na formação de coalizões, que não necessariamente são formadas com base em objetivos comuns.

Política regulatória: “estabelece padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados” (SECCHI, 2012, p. 17). Exemplo: “Uma lei que obrigue os motociclistas a usar capacetes e roupa adequada [...] Problema: altos níveis de acidentes com motociclistas em centros urbanos” (SECCHI, 2012, p. 08).

As políticas regulatórias, quando disciplinam a atuação da sociedade prioritariamente através dos policymakers, da administração pública e burocrática, são facilmente

identificáveis na atuação das chamadas agências reguladoras. Políticas regulatórias têm como objetivo regularizar uma atividade determinada. As políticas setoriais são, em geral, regulatórias. Tal tipo político nasce do conflito entre coalizões políticas de interesses claros e opostos, uma vez que gera claramente uma distinção entre favorecidos e desfavorecidos. Esse conflito torna a arena regulatória menos estável que a distributiva e a redistributiva e mais próxima do modelo pluralista. As políticas regulatórias, mesmo tendo sua aplicação geralmente individualizada, não são desagregáveis umas das outras como as distributivas, já que seguem uma regra geral e, portanto, uma coerência.

As políticas redistributivas, impõe “perdas concretas e no curto prazo”, a uma quantidade considerável de indivíduos ao passo que levará a “ganhos incertos e futuros” para outro feixe social (SOUZA, 2006, p. 28), há uma realocação dos recursos de um grupo para outro, possuem pretensão universal, daí podem ser englobados as políticas tributárias, sendo assim, políticas redistributivas são de, grosso modo, aquelas em que há transferência de renda e/ou benefícios.

De certa forma, várias ações governamentais podem ser consideradas redistributivas, ao menos para uma parcela da população que as recebe. Por exemplo, parte dos alunos da rede pública de ensino vem de famílias demasiadamente pobres, porém, estes têm acesso a um serviço que os impostos que suas famílias pagam não poderiam custear. Outro exemplo, seria o de programas voltados ao complemento da renda de famílias carentes, como o Bolsa Família, que, talvez seja o de maior impacto na vida cotidiana de milhões de pessoas que tinham muita dificuldade para colocar comida na mesa. Pessoas que estavam fora do alcance das políticas sociais e que viviam em situação de grande pobreza passaram a ser beneficiadas por uma rede de proteção social inédita em suas vidas – e inédita no Brasil. E para quem não tinha praticamente nada, ter algum avanço de renda, mesmo que pequeno, já causa um grande impacto na vida (WEISSHEIMER, 2006, p.12). Em essência, é um programa de transferência temporária de renda para que sejam criadas oportunidades para a ascensão social. Há quem afirme que o Bolsa Família seja um programa de caráter puramente eleitoral, ou seja, classificam-no como uma política distributiva.

Diferentemente do que ocorre na distributiva, na arena redistributiva há apenas dois grandes lados: ricos e pobres ou "fornecedores de dinheiro" e "demandadores de serviços", é a elite e a contra-elite. Podemos destacar ainda que, nessa arena as coalizões são mais coesas, permanentes e antagônicas.

A arena redistributiva surgiu a partir da evolução política e das necessidades da sociedade. No início dos anos trinta, nos EUA, em meio à ressaca provocada pelo crash de

1929, ganharam força os movimentos que buscavam a implementação de políticas voltadas a minimizar, junto à população americana, as consequências daquela crise que abalava o mundo. É nesse contexto que começa a desenvolver-se a arena redistributiva, bem como a regulatória.

As políticas constitutivas, possuem uma visão mais programática que as outras, seguem linhas gerais pelas quais devem ser orientadas e desenvolvidas as outras políticas existentes e sendo assim encontram-se em um nível superior, tendo como destaque as que carregam a distribuição das competências e também, a separação de poderes.

Sob o enfoque financeiro, Geraldo Julião Júnior (2011 apud SILVA, 2012, p.29-30) leciona que as políticas públicas podem ser caracterizadas como políticas setoriais, quando atreladas a setores específicos da economia, podendo ser financiada através de recursos extra-orçamentários, e as políticas instrumentais, através do qual o Estado utiliza-se de suas ferramentas para atingir tais objetivos, o que implica no uso de recursos públicos diretamente.

De acordo com Lowi (apud Rodrigues, 2011, p. 46), “as políticas públicas determinam a política. Elas estruturam o sistema político, definem espaços e atores, e delimitam os desafios que os governos e as sociedades enfrentam”.

2 O Gestor Público e a Participação Social da População

Por meio das votações nas eleições, os cidadãos elegem aqueles que acreditam ser os melhores candidatos, que desenvolverão uma política honesta e transparente e que serão seus verdadeiros representantes na luta por realizações de políticas públicas que melhorem a vida da população em todos os setores a que essa compete, dentro da função do gestor na municipalidade.

A participação é inerente à natureza social do homem, tendo acompanhado sua evolução desde a tribo e o clã dos tempos primitivos, até as associações, empresas e partidos políticos de hoje. Neste sentido, a frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação do homem social. Tudo indica que o homem só desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade que permita e facilite a participação de todos. O futuro ideal do homem só se dará numa sociedade participativa” (BORDENARE, 1992, p. 17).

Bordenave (1992, p.23) ainda afirma que “a prova de fogo da participação não é o quanto se toma parte mas como se toma parte”.

Para Cortes (2005, p.16) o conceito de participação está relacionado ao envolvimento de participantes em fóruns de participação, já o de governança se refere “às capacidades gerenciais dos governos, à eficácia de suas políticas e ao processo decisório na promoção de desenvolvimento socioeconômico sustentável em contextos democráticos”.

Lambertucci (2009, p. 74) reforça esta questão:

A participação social é considerada importante elemento de gestão e componente fundamental para a elaboração das políticas públicas. As propostas do programa de governo são [ou devem ser] construídas a partir das demandas e necessidades da sociedade. Essas, na medida do possível, são incorporadas às políticas públicas.

A Constituição Federal de 1988 abriu espaço, “[...] por meio de legislação específica, para práticas participativas nas áreas de políticas públicas, em particular na saúde, na assistência social, nas políticas urbanas e no meio ambiente” (AVRITZER, 2009, p. 29-30), seja através de plebiscitos, referendos e projetos de lei de iniciativa popular (BRASIL, 2015, art. 14, incisos I, II e III; art. 27, parágrafo 4º; art. 29. Incisos XII e XIII), seja através da participação na gestão das políticas de seguridade social (art. 194), de assistência social (art. 204) ou dos programas de assistência à saúde da criança e do adolescente (art. 227).

Sobre o gestor de políticas públicas, Rodrigues (2011, p. 22-23) questiona qual deve ser o seu perfil e pondera que um bom gestor deve possuir como características para uma maior eficiência das políticas públicas competências multidisciplinares, que o habilitem a refletir sobre o papel do Estado, das complexas relações entre o público e o privado e das exigências do desenvolvimento comprometido com o bem-estar da sociedade, e de conhecimento específico em áreas prioritárias de interesse coletivo imediato (como saúde, educação, previdência, transporte, segurança).

O gestor deve também saber “diagnosticar demandas e necessidades sociais, planejar os meios, os instrumentos e recursos adequados, no sentido de atender aos fins almejados” (Rodrigues, 2011, p. 23), saber analisar o contexto social, político e econômico em que as organizações públicas devem atuar, definir estratégias adequadas para ações nesse contexto, capacidade de negociação dentro da burocracia de governo e com a comunidade, articulando apoios.

O gestor público é o responsável por assessorar, planejar, tramitar nos processos deliberativos e decisórios, coordenar ações e avaliar programas e políticas públicas em organizações estatais e não estatais, nacionais ou internacionais. Sua atuação é vista em todos os níveis governamentais - União, estados e municípios - em que há utilização de recursos empenhados para a produção de bens públicos (SACHS; LOPES; DOWBOR, 2010).

Silva (2008), afirma que o gestor público precisa buscar o [...] direcionamento da atividade e dos serviços públicos à efetividade do bem comum, imparcialidade, neutralidade, transparência, participação e aproximação dos serviços públicos da população, eficácia, desburocratização e busca da qualidade. Neste sentido, o gestor público tem o papel de integrar sua equipe, exigindo eficiência e eficácia na prestação de serviços, agregando novos valores à administração pública em prol de serviços públicos de qualidade.

O administrador público deve buscar, portanto, atender aos interesses da sociedade com a maior presteza e eficiência possível, pelo que, nesse estudo, será mostrada a importância da governança para a Administração Pública, pois a governança traz em seu bojo três princípios que aqui serão destacados, são eles: transparência, integridade e responsabilidade (RAMIRES; DAVID, 2013, p. 75).

Isso porque o princípio da Integridade abarca a Equidade, Eficiência e a Probidade do gestor público, considerando como agir com eficiência aquilo que “é fazer, o que é preciso ser feito com qualidade adequada ao menor custo possível. Não se trata de redução de custo de qualquer maneira, mas de buscar a melhor relação entre qualidade do serviço e qualidade do gasto” (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2014, p. 50).

3. METODOLOGIA

Para a realização e desenvolvimento do trabalho foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário com 20 indivíduos envolvidos na administração pública do município de Jardim Alegre – Paraná, com questões que investigavam o conhecimento que os cidadãos pesquisados detêm sobre políticas públicas, a visão destes a respeito da função do gestor no contexto social, a efetivação das políticas públicas e os programas sociais mais conhecidos e efetivados no município de Jardim Alegre. Essa pesquisa desenvolvida foi de caráter exploratório, descritivo e qualitativo. O tipo de amostragem é probabilística, aleatória simples, utilizando a técnica de análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa foram demonstrados através de uma análise.

Richardson (1999, p. 102) destaca que “o objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no

fenômeno”. Por esse motivo, a validade da pesquisa não se dá pelo tamanho da amostra, como na pesquisa quantitativa, mas, sim, pela profundidade com que o estudo é realizado.

4 RESULTADOS

A partir das pesquisas realizadas concluiu-se que:

Em relação ao questionário, 100% dos cidadãos questionados souberam dizer o que são políticas públicas, que em sua maioria, responderam que são políticas direcionadas para as pessoas em situação de pobreza, e extrema pobreza, e, são programas que atendem algumas situações em que as pessoas necessitam de um auxílio para ter uma vida com um pouco mais de dignidade.

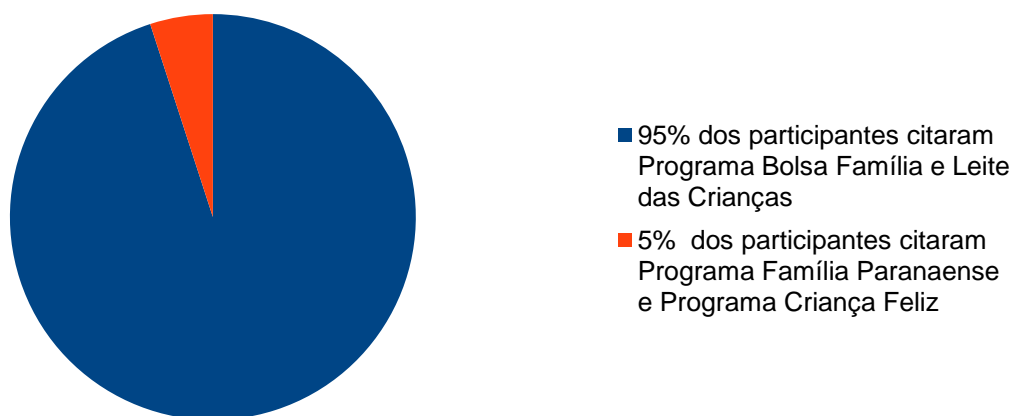
Quando questionados sobre o desempenho da função de um bom gestor, 96% dos participantes disseram que um bom gestor desempenha a sua função colocando como uma questão de primazia a aplicação, o desenvolvimento e a efetividade das políticas públicas, já que estas fortalecem sua gestão contemplando aqueles que mais necessitam do apoio da administração pública, 4% tiveram respostas pouco coerentes com o contexto abordado.

Todos os cidadãos pesquisados, ou seja, 100% afirmaram que as políticas públicas estabelecidas pelas leis vigentes é uma grande conquista para a população, porém num contexto geral político percebe-se que está muito longe dessas políticas se efetivarem na realidade para todos os que necessitam, pois há ainda muitos aspectos a serem revistos no cenário político, para que o mesmo alcance a todos que estão em situação de vulnerabilidade, mas no município pesquisado há uma boa aplicação na prática dos programas sociais, porém é sabido que os mesmos precisam alcançar a mais indivíduos para diminuir as situações de pobreza que existem.

Em relação a questão dos programas sociais e suas aplicações, as respostas obtidas foram que sabem que existem no município alguns programas sociais que se efetivam na prática, pois conhecem pessoas que são contempladas com esses programas, 95% dos participantes citaram o programa do bolsa - família, que é um programa que ajuda famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, para conseguirem superar a situação de vulnerabilidade e pobreza, dando a oportunidade à alimentação e o acesso à educação e à saúde, e, o Programa Leite das Crianças, que tem como objetivo o combate a desnutrição infantil, por meio da distribuição gratuita e diária de um litro de leite, 5% citaram

o programa família paranaense, que é um programa que ajuda as famílias em situação de vulnerabilidade e o programa criança feliz, que auxilia as famílias em situação de pobreza dando acompanhamento as crianças na primeira infância.

Gráfico 01: Programas sociais citados.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas destinadas a assistência social deve ter como principal finalidade o desenvolvimento econômico da população, visando a eliminação da situação da pobreza existente e por meio desta propiciar a redução da desigualdade econômica através de uma redistribuição de renda que contemple aqueles que necessitam, sendo que esta é dever da União, Estado e Município. É necessário a inserção dos indivíduos considerados pobres e extremamente pobres e isso acontece com a efetivação das políticas sociais, para que estes se sintam cidadãos pertencentes a sociedade, detentores de direitos e deveres.

As políticas sociais quando são realizadas na prática criam oportunidades no sentido de possibilitar a inclusão social e uma vida mais digna aos que mais necessitam, pois muitas vezes, devido a concentração de renda por parte de uma minoria, a maior parte da população que está abaixo da linha da pobreza são excluídos e sofrem com isso, mas é certo que há um longo caminho a se percorrer para que as políticas públicas sociais verdadeiramente se efetive na prática.

Espera - se que este trabalho venha de alguma forma contribuir na melhor efetivação das políticas públicas sociais, por meio da tomada de decisões propiciadas pela reflexão

daqueles que estão no exercício do poder e proporcione uma ampliação de conhecimentos aos que se interessam nesse estudo, que será aprofundado em futuros estudos, já que é um tema atual e de grande relevância.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e participação no Brasil democrático**. In:[org.]. **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 48. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BORDENAVE, J. D. O. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CHANG, H. J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CORTES, S. M. V. **Fóruns participativos e governança: uma sistematização das contribuições da literatura**. In: LUBAMBO, C. et al (Org.). **Desenho institucional e participação política**. Petrópolis: Vozes, 2005.

DAVID, Marcus Vinicius David; RAMIRES, Elida Maia. **Governabilidade, governança e accountability. Administração pública contemporânea: política, democracia e gestão**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013.

EVANS, P. Constructing the 21st century Developmental State: Potentialities and Pitfalls. In: EDIGHEJI, O. (Ed). **Constructing a Democratic Developmental State in South Africa: Potentials and Challenges**. HSRC Press, Capetown, South Africa, 2010.

LAMBERTUCCI, Antonio Roberto. **A participação social no governo Lula**. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

LOWI, Theodor. “**American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory**”, **World Politics**, 16: 677-715. 1964 LOWI, Theodor. “**Four Systems of Policy, Politics, and Choice**”. *Public Administration Review*, 1972.

MEAD, L. M. “**Public Policy: Vision, Potential, Limits**”, *Policy Currents*, Fevereiro: 1995.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011.

RUA, Maria das Graças. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90**. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998.

SACHS, I.; LOPES C.; DOWBOR, L. **Crises e oportunidades em tempos de mudança. Documento de referência para as atividades do núcleo Crises e Oportunidades no Fórum Social Mundial Temático.** Jan. 2010. Disponível em: <https://criseoportunidade.wordpress.com/category/ladislau-dowbor/>

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos.** São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SILVA, Maria Cristina da. **A importância do gestor público no processo decisório.** Sítio Portal da administração.com. Publicado em 18 de abril de 2008. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/a-importancia-do-gestor-publico-no-processo-decisorio> Acesso em: 20/12/2019.

SILVA, Priscilla Teresinha Pyrrho de Souza. **O orçamento público como ferramenta de análise de políticas públicas.** 2012. Brasília: Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União, 2012.

SOUZA, Celine. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, 2006.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Revista AATR, 2002. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/57253448/03-Aatr-Pp-Papel-Politic-Publicas>. Acesso em: 27/12/2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Governança Pública: Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria.** Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticPublicas.pdf Acesso em 28/11/2019

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 10/12/2019

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm Acesso em 08/12/2019